

CARTILHA

REFORMA AGRÁRIA



NOSSA LUTA VALE A PENA



ÍNDICE

- 4** APRESENTAÇÃO
- 5** REFORMA AGRÁRIA: NOSSA LUTA VALE A PENA
- 9** REFORMA AGRÁRIA COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO
DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS
PARA OS(AS) ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÁRIA
- 15** DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS
PARA OS(AS) ASSENTADOS DA REFORMA
AGRÁRIA
- 18** DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA
REFORMA AGRÁRIA
- 22** APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS
- 74** COMO ESTÁ ORGANIZADO O SISTEMA CONFEDERATIVO
CONTAG PARA A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA?

APRESENTAÇÃO

A Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ao completar 60 anos, reafirma seu compromisso com a luta pela reforma agrária. Defendemos a elaboração de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, com definição de novas metas e prazos para assentamento de famílias, regularização de agricultores(as) familiares, demarcação de territórios de comunidades tradicionais, com participação direta dos trabalhadores(as), de suas entidades representativas e que seja uma política de Estado e não de governo.

Convocamos todos os Sindicatos e Federações a aprofundar o debate e promover formação sobre a reforma agrária e a função social da propriedade, de forma permanente e em todos os espaços de deliberação. É preciso garantir a representação sindical dos assentados(as), incentivar sua filiação aos Sindicatos, ampliar o diálogo com a sociedade e fortalecer a articulação com outros movimentos para fazer mobilizações pela retomada de ações de reforma agrária no País. Vamos intensificar o trabalho de base para a ação e prática sindical na luta pela terra. Essa é uma missão de todos(as) nós.

ARISTIDES VERAS DOS SANTOS
Presidente da CONTAG

É difícil entender que em um país tão grande como o Brasil ainda tenha que fazer a luta com muita resistência, com suor e, muitas vezes, com sangue derramado para ter direito a um pedaço de chão. Nas próximas páginas, veremos histórias de famílias que lutaram para conquistar um pedaço de terra e foram assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e os benefícios para a vida de trabalhadores e trabalhadoras contempladas, bem como a importância na dinamização do desenvolvimento regional e nacional.

Apresentaremos, também, algumas políticas que podem ser acessadas pelos assentados e assentadas da reforma agrária, as regras para cadastramento e seleção de famílias e alguns desafios para efetivação dessa política estruturante para o desenvolvimento do Brasil.

Esta cartilha e o cartaz da campanha REFORMA AGRÁRIA: NOSSA LUTA VALE A PENA podem ser utilizados pelos Sindicatos, Federações, Organizações da Sociedade Civil, órgãos governamentais e instituições de ensino para fomentar o debate sobre o papel e importância da Reforma Agrária no País.

ALAIR LUIZ DOS SANTOS
Secretário de Política Agrária
da CONTAG

REFORMA AGRÁRIA: NOSSA LUTA VALE A PENA

Por qual razão em um país com dimensões continentais como o Brasil há pouca gente que tenha tanta terra e outras tantas que querem ter, pelo menos, um pedacinho de chão e não conseguem? Por que para ter acesso à terra homens e mulheres ainda têm que fazer a luta com resistência, persistência, suor e sangue derramado? Como disse Pedro Munhoz na canção Procissão dos Retirantes, “eu não consigo entender que em vez de herdar um quinhão, teu povo mereça ter só sete palmos de chão”.

Ao longo da história do Brasil muitas foram as artimanhas realizadas nos espaços de poder que culminaram na formação de um país com extrema concentração fundiária e desigualdade social, que se materializou através da apropriação indevida das terras pela coroa portuguesa, passando pelas capitânicas hereditárias, pela lei de terras em 1850, por iniciativas governamentais como a “marcha para o oeste”, e, mais recentemente, pela investida da nova roupagem do latifúndio, chamado agronegócio.

Como consequência desse processo temos a formação de grandes latifúndios, uma das bases para a desigualdade social brasileira.

Em reação a essa desigualdade, os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram de diversas maneiras para garantir o acesso à terra. Podemos citar, como exemplo, o Quilombo dos Palmares no século 17; a Cabanada em Pernambuco e Alagoas (1832-1835), a Cabanagem no Pará (1835-1840); a Balaiada no Maranhão (1838-1841); Canudos na Bahia (1896-1897); Contestado em Santa Catarina e Paraná (1912-1916).

Na história recente podemos destacar a luta das Ligas Camponesas nos anos 50, a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrab) até a fundação da CONTAG e tantos outros exemplos, como o de Trombas e Formoso no estado de Goiás.

A resistência da classe trabalhadora deu bons frutos, segundo dados do Incra (2021), há no Brasil 9.531 Projetos de Assentamentos (PAs) e 967.248 famílias assentadas, assim distribuídas:

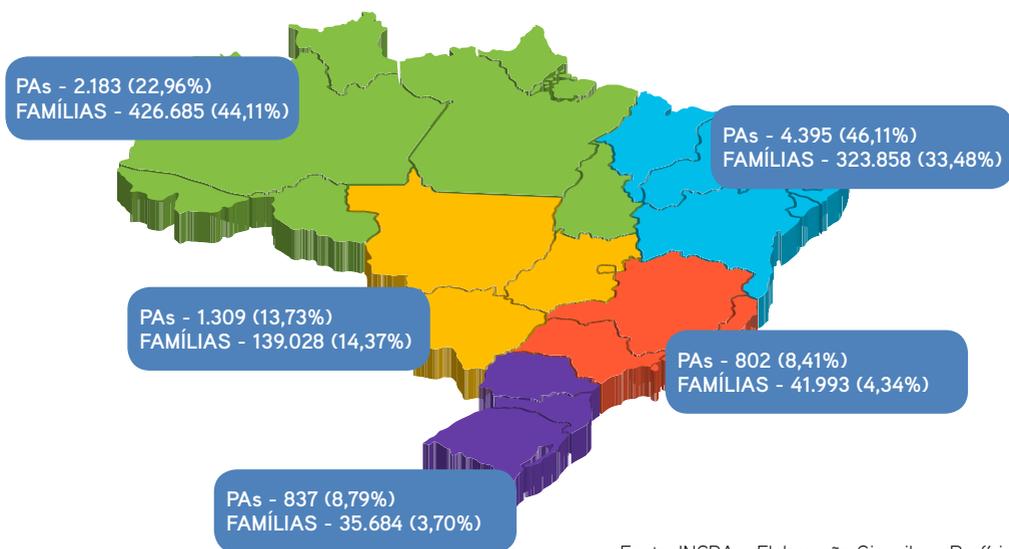
REGIÃO NORTE: 2.183 PAs, que correspondem a 22,96% do total de assentamentos no Brasil, com 426.685 famílias assentadas, que correspondem a 44,11% do total das famílias;
REGIÃO NORDESTE: 4.395 PAs, que correspondem a 46,11% do total de assentamentos no Brasil, com 323.858 famílias assentadas, que correspondem a 33,48% do total de famílias;

REGIÃO CENTRO-OESTE: 1.309 PAs, que correspondem a 13,73% do total de assentamentos no Brasil, com 139.028 famílias assentadas, que correspondem a 14,37% do total das famílias;

REGIÃO SUDESTE: 802 PAs, que correspondem a 8,41% do total de assentamentos no Brasil, com 41.993 famílias assentadas, que correspondem a 4,34% do total de famílias;

REGIÃO SUL: 837 PAs, que correspondem a 8,79% do total de assentamentos no Brasil, com 35.684 famílias assentadas, que correspondem a 3,70% do total de famílias.

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS E FAMÍLIAS ASSENTADAS POR REGIÃO



Fonte: INCRA – Elaboração Givanilson Porfírio

Mesmo que a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras tenha tido conquistas importantes para demarcação de territórios e criação de Projetos de Assentamentos, a estrutura fundiária no Brasil ainda é muito concentrada. De acordo com os dados do último Censo Agropecuário 2017, a estrutura fundiária no Brasil continua concentrada. Segundo os dados, o Brasil tem 5.073.324 estabelecimentos agropecuários distribuídos conforme gráfico:

Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área - Brasil - 2006/2017

Grupos de área	Censos Agropecuários			
	2006		20017	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
TOTAL	5.175.636	333.680.037	5.073.324	351.289.816
Menos de 10ha	2.477.151	7.798.777	2.543.681	7.993.969
De 10 a menos de 100ha	1.971.600	62.893.979	1.980.684	63.810.646
De 100 a menos de 100oha	424.288	112.844.186	420.719	112.257.692
De 1000 ha e mais	47.578	150.143.096	51.203	167.227.511
Produtor sem área	255.0129	-	77.037	-

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017

Observa-se que, quando analisamos os números de terras ocupadas, constatamos que as áreas com menos de 10 hectares, mesmo sendo mais da metade do total de estabelecimentos do País, ocupam apenas 2,29% do território nacional; enquanto isso, as áreas acima de 1000 hectares, que representam 1% do total de estabelecimentos, ocupam 47% da terra de todo o território nacional.

Qual a resposta para mudar essa realidade?

Os trabalhadores e as trabalhadoras sempre se organizaram de diversas formas para conseguir um pedaço de chão. O objetivo é sempre pressionar o governo a acelerar os procedimentos administrativos para obtenção de terras que serão destinadas para o assentamento de famílias. Cada grupo de pessoas tem uma forma singular de se organizar a depender de vários fatores que dizem respeito ao grupo específico.



Muitas vezes, os trabalhadores e trabalhadoras buscam as entidades sindicais pois reconhecem que é uma entidade de representação da classe. Nesses casos, cabe ao sindicato orientá-los dos seus direitos e deveres e apoiá-los nas negociações junto aos órgãos de governo.

Desde o início da sua organização, nos anos 60, a luta pela reforma agrária é uma das principais bandeiras do Movimento Sindical e, durante o 13º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares (13º CNTTR), o Sistema Confederativo (Sindicato, Federações e CONTAG) reafirmou o seu compromisso com a luta pela efetivação da reforma agrária. Isso resultou na aprovação da **RESOLUÇÃO 015/2021 – RESOLUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA** (Veja a íntegra da resolução em https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/ctg_file_2109279640_15122021183602.pdf).



A resolução aprovou ações para o Sistema Confederativo CONTAG e um conjunto de propostas de políticas públicas para que a Reforma Agrária seja *“uma política de Estado articulada a um projeto de desenvolvimento que mude a estrutura fundiária e de poder do País, promova o ordenamento fundiário com a democratização do direito à terra, o desenvolvimento sustentável e solidário, o combate à violência, à miséria e às desigualdades, sendo garantida a demarcação e titulação dos territórios das populações tradicionais, quilombolas e indígenas”*.

A pauta de reivindicação por áreas para assentamento de famílias é muito extensa. Para se ter uma ideia, de acordo com informações repassadas pelas Federações filiadas à CONTAG, em 2023, há cerca de 30 mil famílias, em mais de 300 (trezentas) áreas acompanhadas pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que reivindicam obtenção de terras para assentamento de famílias em todo o País.





REFORMA AGRÁRIA COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Reforma agrária não pode ser compreendida apenas como divisão de lotes, distribuição de terras e/ou regularização de posses. Para o Movimento Sindical, é muito mais que isso, é dar condições para produzir e gerar qualidade de vida digna no campo para as famílias trabalhadoras rurais, por isso, a RESOLUÇÃO 015/2021 aponta que: A Reforma Agrária deve ser:

AMPLA - Em todo o território nacional;

MASSIVA - Ser para todas as pessoas, não apenas para aqueles(as) que o Estado julgue ser capaz de ter uma produção lucrativa;

IMEDIATA - É inadmissível que os(as) trabalhadores(as) esperem anos para terem acesso à terra;

DE QUALIDADE - Com políticas públicas que garantam o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias;

COM PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL - Com a participação dos(as) trabalhadores(as) e de suas organizações representativas, e;

QUE CONTEMPLA A DIVERSIDADE DE SUJEITOS DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS - É necessário reconhecer as especificidades dos diversos sujeitos do campo, da floresta e das águas, jovens, mulheres, idosos(as) e população LGBTQIA+ na luta e efetivação da Reforma Agrária e nas relações étnico-raciais.

É preciso compreender que a reforma agrária é uma pauta coletiva e precisa de unidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para forçar os governos a promover a desconcentração fundiária, por isso é preciso ficar atentos à orientação da RESOLUÇÃO 015/2021 quando diz que o Sistema Confederativo (Sindicatos, Federações e CONTAG):

“Ampliará o diálogo com a sociedade e fortalecerá a articulação com outros movimentos sociais para acumular forças e mobilizações que permitam interferir na lógica dominante de desenvolvimento rural, em defesa da reforma agrária, da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, agroecológico, sustentável e solidário”.

Mas, afinal de contas, por que a reforma agrária é importante?

Muitos questionam a criação de Projetos de Assentamentos, justificando que é caro e que nem sempre dão resultados. Essa cartilha apresenta várias experiências em todas as regiões do País que comprovam que as famílias beneficiadas pela reforma agrária conseguem ter melhor qualidade de vida e que os projetos de assentamentos dinamizam a economia local e contribuem para o desenvolvimento nacional.

Para além da economia, há outros aspectos que precisam ser considerados ao avaliarmos os resultados positivos da implantação de um projeto de assentamento. A maioria deles, às vezes, não é medido com parâmetros econômicos, não se trata de números, mas de vivência. Como podemos medir, por exemplo, a reaproximação de famílias? Como podemos medir o prazer de poder criar os filhos sem o medo da violência urbana?

Mas, se isso não for suficiente, vejamos alguns números: 75% de tudo o que consumimos no dia a dia, do que está na nossa mesa no café da manhã, almoço e jantar vem da agricultura familiar. É só olhar as feiras de nossas cidades para constatar a variedade de produtos ofertados.

Com o objetivo de fortalecer as políticas de reforma agrária, a CONTAG lançou, em 2018, a campanha de valorização da reforma Agrária: REFORMA AGRÁRIA, NOSSA LUTA VALE A PENA. Agora, em 2023, entramos em uma nova fase da campanha afirmando que a Reforma Agrária promove:

- A desconcentração de terra, de renda e de poder;
- O fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável;
- A valorização da diversidade, dos sujeitos do campo, da floresta e das águas;
- A vida de todos os seres vivos em harmonia: “Territórios de Bem Viver”.



Acesse a página da CONTAG e tenha acesso aos materiais da campanha e de relatos de experiências positivas de Reforma Agrária. <https://ww2.contag.org.br/secretaria-de-politica-agraria> (acessar a área de documentos no menu lateral).

Formas de obtenção de áreas para criação de projetos de assentamento

Há várias formas de o governo adquirir terras para o assentamento de famílias: desapropriação; adjudicação; expropriação; compra; arrecadação; e destinação de terras públicas; entre outras, mas a principal continua sendo a desapropriação. Em qualquer um dos tipos de obtenção de terras a morosidade no andamento dos processos administrativos é um grande empecilho para os trabalhadores e trabalhadoras. É comum que alguns processos demorem anos, e até décadas, entre a abertura do processo e o assentamento das famílias pelo Incra.

Só podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária áreas consideradas grandes propriedades, ou seja, acima de 15 módulos fiscais que não atingirem o índice mínimo de produtividade. O módulo fiscal não tem um único tamanho, ele varia entre 5 a 110 hectares, dependendo do município. Você pode saber o tamanho do módulo fiscal e a fração mínima de fracionamento da sua cidade acessando o endereço <https://pro-pgt-incra.estaleiro.serpro.gov.br/pgt/indices-basicos>.



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE

Os índices de produtividade servem de parâmetro para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva. Esse é um dos critérios utilizados pelo governo para iniciar um processo de desapropriação de uma determinada propriedade.

Os atuais índices foram fixados em 1980 com base no Censo Agropecuário de 1975. A CONTAG defende que esses índices devem ser atualizados, pois, passados mais de 40 anos, a tecnologia e as novas formas de manejo possibilitaram que a produtividade das áreas aumentasse.

Não bastasse a morosidade quase que “natural” na tramitação dos processos administrativos e judiciais para obtenção de áreas para criação de projetos de assentamentos, entre os anos de 2019 a 2022, o governo federal suspendeu a tramitação dos processos através do Memorando-Circular Nº 01/2019/SEDE/INCRA que orientou a “(...) expressa suspensão das atividades de vistorias de imóveis rurais para fins de reforma agrária(...)”, ou seja, paralisou todas as ações de reforma agrária no País. Além disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passou a desistir de processos de desapropriação nos âmbitos administrativo e judicial formalizadas através de publicação de resoluções no Diário Oficial da União ao longo dos últimos quatro anos. Citamos como exemplo: a) Resolução Nº 13, de 13 de agosto de 2019, que arquivou o processo da “Fazenda Macaé” – RJ;

b) Resolução Nº 09, de 12 de julho de 2019, que desistiu da desapropriação do imóvel rural “Fazenda das Cabras” – TO, e; c) Resolução Nº 1332, de 13 de janeiro de 2023, que desistiu da desapropriação da “Fazenda Carimãs” – MG.



Crítérios para ser um(a) assentado da reforma agrária

A criação de projetos de assentamento sempre foi resultado da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais que se articulam através de diferentes tipos de organizações sociais, entretanto, é importante saber que para ser assentado(a) da reforma agrária não basta fazer a luta pela terra, a pessoa tem que atender alguns critérios estabelecidos em lei.

A CONTAG compreende que a seleção das famílias que serão assentadas em determinado projeto de assentamento deve ser feita primeiro entre as famílias que fizeram a luta pela área que foi adquirida pelo Incra, afinal, foram elas que

pressionaram o governo para dar agilidade ao processo de desapropriação e, como vimos, algumas famílias esperam vários anos e alguns casos até décadas pela área a ser desapropriada.

De acordo com a Lei Nº 13.465/2017, o cadastramento e a seleção das famílias serão feitos por cada área desapropriada por meio de chamada pública. As inscrições serão feitas de forma individual e a pessoa tem que estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Após a inscrição será feita a classificação das famílias seguindo a ordem de preferência e critérios para pontuação. Essa classificação é que vai determinar a ordem de prioridade para a destinação dos lotes.

O Movimento Sindical já manifestou aos órgãos de governo e de controle que esse modelo é injusto com as famílias que fazem a luta pela terra e alertou sobre o perigo de acirramento de conflitos no campo.

A alteração da lei depende da correlação de forças dentro do Congresso Nacional, por isso, é importante dialogar com os(as) parlamentares dos seus respectivos estados sobre a necessidade de garantir o assentamento de todas as famílias que fazem a luta pela terra (caso ela atenda os critérios de elegibilidade do PNRA).

Enquanto não há alteração na lei, conseguimos uma conquista importante com a alteração de pontuação na classificação para os(as) acampados(as), as mulheres chefes de família e juventude rural com a publicação do Decreto Nº 11.637/2023. Segundo a nova legislação, além da ordem de preferência, o Incra deverá classificar os(as) candidatos(as) a beneficiários(as) do PNRA segundo os critérios e respectiva pontuação:

- Unidade familiar mais numerosa – até o limite de 20 pontos;
- Unidade familiar que resida há mais tempo no município - em que se localize o projeto de assentamento para o qual se destine a seleção ou nos municípios limítrofes – até o limite de 20 pontos;
- Unidade familiar chefiada por mulher – 10 pontos;
- Unidade familiar ou indivíduo integrante de acampamento - situado no município em que se localize o projeto de assentamento da seleção ou nos municípios limítrofes – até 20 pontos;
- Unidade familiar que contenha filho(a) com idade entre 18 e 29 anos e cujo

pai ou mãe seja assentado residente no mesmo projeto de assentamento – até 10 pontos;

- Unidade familiar de trabalhador(a) rural que resida no imóvel destinado ao projeto de assentamento – para o qual se destina a seleção na condição de agregados – até 5 pontos;
- Tempo comprovado de exercício de atividades agrárias pela unidade familiar – até 20 pontos;
- Unidade familiar em situação de vulnerabilidade social e econômica – até 10 pontos graduados conforme a faixa de renda;
- Unidade familiar cujos integrantes tenham participado de capacitações ou tenham experiência comprovada na área de preservação e conservação do meio ambiente ou práticas agrícolas sustentáveis – até 5 pontos; e
- Unidade familiar chefiada por jovens entre 18 e 29 anos de idade, filhos de famílias acampadas ou assentadas – 5 pontos.

Para ter acesso a todos os critérios de preferência e classificação e os impedimentos para ser um(a) assentado(a) da reforma agrária, veja o Decreto Nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei Nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.





DIREITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA OS(AS) ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA

Modalidades de crédito para os assentados(as) da reforma agrária

Os(as) beneficiários(as) da reforma agrária têm o direito de acessar linhas de crédito que permitem a instalação no assentamento e o desenvolvimento de atividades produtivas nos lotes. Os Créditos de Instalação são a primeira etapa de financiamento garantido pelo Incra às famílias. Atualmente, esses créditos estão regulamentados pelo Decreto Nº 11.586, de 28 de junho de 2023, que define as modalidades, os critérios para o acesso e os respectivos valores.

Ao todo, estão disponíveis 10 modalidades de crédito. Em alguns casos, a família pode receber mais de uma modalidade, mas fiquem atentos às regras e condicionantes para acessá-las.

- **Apoio inicial** – destinado para apoiar a instalação no assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos. Valor de até R\$ 8.000,00;
- **Fomento** – para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda. Valor de até R\$ 16.000,00;
- **Fomento Mulher** – para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 8.000,00;
- **Fomento Jovem** – para viabilizar a implementação de projetos produtivos e de geração de renda, sob a responsabilidade de jovens entre 16 e 29 anos de idade. Valor de até R\$ 8.000,00;
- **Semiárido** – para viabilizar a implementação de projetos que atendam à necessidade de segurança hídrica das unidades familiares beneficiárias localizadas nos municípios integrantes da região do semiárido, conforme definido em legislação específica, e para apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo. Valor de até R\$ 16.000,00;
- **Florestal** – para viabilizar a implantação e a manutenção sustentável de sistemas agroflorestais ou o manejo florestal de lotes e de área de reserva legal com vegetação nativa igual ou superior ao estabelecido pela legislação ambiental, nos assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra. Valor de até R\$ 8.000,00;
- **Recuperação ambiental** – para viabilizar a implementação e a manutenção sustentável de sistemas florestais ou agroflorestais ou o manejo florestal de lotes, de áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente que se encontravam degradados, conforme disposto na Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no valor de até R\$ 8.000,00 por unidade familiar;
- **Cacau** – para viabilizar a implantação e a recuperação de cultivos de cacau, em sistema agroflorestal. Projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote. Valor de até R\$ 8.000,00;
- **Habitacional** – para viabilizar, por parte e sob a responsabilidade do(a) beneficiário(a), a aquisição de materiais de construção, a contratação de projetos arquitetônico e de engenharia e a contratação de mão de obra e de serviços de engenharia a serem utilizados na construção de habitação rural, até o valor estabelecido para a modali-

dade correspondente do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), de que trata a Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009, por unidade familiar;

- **Reforma habitacional** – para viabilizar, por parte e sob a responsabilidade do(a) beneficiário(a), a aquisição de materiais de construção, a contratação de projetos arquitetônico e de engenharia e a contratação de mão de obra e de serviços de engenharia a serem utilizados na melhoria ou na ampliação de habitações rurais, até o valor estabelecido para a modalidade correspondente do PNHR por unidade familiar.

Além dos Créditos de Instalação de responsabilidade direta do Incra, há também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(Pronaf), que disponibiliza diferentes linhas de crédito a assentados(as) da reforma agrária.

O Pronaf A, por exemplo, financia atividades agropecuárias e não agropecuárias, e o Pronaf A/C é destinado ao custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção. Há também linhas de crédito para públicos e atividades específicas, como o Pronaf Semiárido, o Pronaf Mulher, Jovem, Agroecologia, Agroindústria, Floresta, Mais Alimentos e Eco.

Há programas de compras públicas que podem fortalecer a atividade produtiva dos assentados e assentadas da Reforma Agrária como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar (Pnae).



DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Quanto à Política de Reforma Agrária, nossa preocupação é com a continuidade dos processos em tramitação no Incra e que estão aguardando decisões judiciais, além, é claro, com a retomada dos processos de obtenção.

Um das medidas a serem tomadas é a valorização dos(as) servidores(as), recomposição do número de funcionários(as) através de concurso público e a reposição de orçamento que nos últimos quatro anos foram diminuídos à níveis que inviabilizaram a execução da política de reforma agrária.

A CONTAG tem apresentado e negociado junto ao governo federal propostas de políticas públicas para fazer avançar a reforma agrária no Brasil. Só em 2023 apresentamos pautas durante o 4º Festival Nacional



da Juventude Rural, o Grito da Terra Brasil 2023 e na 7ª Marcha das Margaridas. Quanto aos itens das pautas relacionadas à questão agrária, merece destaque:

- **RETOMADA DOS PROCESSOS DE OBTENÇÃO** – Revogação do Memorando-Circular Nº 01/2019/Sede/Incra que suspendeu atividades de vistoria de imóveis;
- **CRÉDITO INSTALAÇÃO** – Atualização dos valores pagos, criação da modalidade Fomento Jovem e equiparação dos valores pagos na modalidade habitacional e reforma habitacional ao que é pago pelo Programa Nacional de Habitação Rural;
- **SELEÇÃO DE FAMÍLIAS** – Definição de nova pontuação para acampados/as, jovens e mulheres;
- **PROJETOS DE ASSENTAMENTO EM TERRAS PÚBLICAS DO INCRA** – Publicação da Instrução Normativa Nº 132, de 27 de julho de 2023, que estabelece procedimentos para a declaração de interesse social, para fins de criação de projetos de assentamento, em áreas públicas rurais situadas em terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra ou da União, sob a gestão do Incra;
- **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA** – Criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de propor melhorias à governança fundiária brasileira;
- **ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO CAMPO** – Criação da Comissão Nacional de Enfrentamento da Violência no Campo por meio do Decreto Nº 11.638, de 16 de agosto de 2023;
- **DIREITOS HUMANOS** – Criação do Grupo de Trabalho Técnico “Sales Pimenta” para elaboração da proposta de revisão do Plano Nacional e Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas;
- **FORTALECIMENTO DO INCRA** – Anúncio de realização de concurso com mais de 700 vagas;
- **RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL** – Recriação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf;



- **RETOMADA DO PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR;**
- **DEFINIÇÃO DE METAS PARA 2023** – Assentamento de 5,7 mil famílias e regularização de 40 mil famílias em Projetos de Assentamento, e;
- **CRÉDITO FUNDIÁRIO** – Além das medidas anunciadas para a Política de Reforma Agrária, também foram anunciadas alterações no Programa Nacional de Crédito Fundiário, com destaque para:
 - a. Criação da linha PNCF Jovem que vale para todo o País;
 - b. A linha PNCF Mais passa a valer para todo o território nacional;
 - c. Atualização do valor do patrimônio para fins de enquadramento;
 - d. Retirada da casa de moradia do cálculo do valor do patrimônio para fins de enquadramento, e;
 - e. Autorização para credenciamento de Sindicatos para elaboração de Projetos (desde que atendam aos requisitos legais para assistência técnica).

Ainda sobre os desafios sobre a efetivação da reforma agrária vale destacar que, além da negociação direta com o governo federal e da incidência política junto ao Congresso Nacional sobre projetos de lei que tratam da política de reforma agrária, a CONTAG, em conjunto com outras organizações, também utiliza da estratégia de acionar o Poder Judiciário para questionar leis, a constitucionalidade de leis aprovadas ou cobrar a sua efetividade. A seguir, citamos exemplos dessas ações:

- **ADI 7052 - Ação Direta de Inconstitucionalidade, de Nº 7052, protocolada em 2021:** A ação cobra que as áreas federais repassadas aos estados do Amapá, Roraima e Rondônia cumpram o que prevê a Constituição Federal em seu artigo 188, que determina a destinação de terras públicas para fins de reforma agrária. A ADI ainda não foi julgada;
- **ADI 5623 - Ação Direta de Inconstitucionalidade, de Nº 5623, protocolada em 2016:** Essa ação propõe interpretação conforme a Constituição dos Artigos 1º, 2º, 3º e

6º da Lei Nº 13.178/2015, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas em faixas de fronteiras; questionando como um dos pontos centrais o cumprimento da função social da propriedade. Tivemos uma grande vitória com essa ação, pois o Supremo Tribunal Federal decidiu que os imóveis em faixa de fronteira devem se submeter à política agrícola e ao plano nacional de reforma agrária previstos. Esse entendimento não alcança pequenos e médios imóveis rurais cujos títulos tenham sido devidamente ratificados pelos cartórios de imóveis na data da publicação da ata de julgamento da ADI (1º/12/2022);

- **ADI 2213 (apensada Nº 2411) - Ação Direta de Inconstitucionalidade protocolada em 2001:** Essa ação questiona a inconstitucionalidade dos artigos 2º e 4º da Medida Provisória Nº 2.109-48, de 26 de janeiro de 2001, que altera as Leis Nº 4.045/1964 e 8.629/1993, na parte que dispõem sobre o Programa de Arrendamento Rural e a esbulho possessório ou invasão à imóvel rural. Essa Medida Provisória prevê que terras ocupadas não podem sequer serem vistoriadas. O julgamento ainda não foi concluído e há entendimentos divergentes entre os ministros sobre

a possibilidade de vistoria para fins de desapropriação de imóveis ocupados. O julgamento está suspenso por pedido de vistas sem data prevista para voltar a ser julgada.

Mesmo com os anúncios feitos pelo governo federal, das ações judiciais e da incidência junto ao Poder Legislativo, ainda há um grande percurso para efetivação da Reforma Agrária no Brasil e reparar toda a questão fundiária no Brasil, ou seja, aqueles que tem muita terra passaria a ter menos para aumentar o tamanho das áreas de quem tem pouca terra e possibilitar a aqueles que não tem nada a ter um pedaço de chão.

É importante avaliar também se a política de reforma agrária no Brasil pretende mesmo mudar esta distorção. Será que é uma política que pretende desconcentrar a terra? Atualmente, o que se faz é: compra e/ou desapropria uma área improdutivo, indeniza o proprietário e assenta a família. Isso é importante sim, mas não muda a estrutura fundiária no País, continuamos sendo um dos países com maior concentração de terra do mundo.

Por isso, precisamos continuar a dialogar com a sociedade sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento nacional e, principalmente, **precisamos “intensificar o trabalho de base para a ação e prática sindical na luta pela terra, pela Reforma Agrária e regularização fundiária”**, conforme orienta nossa Resolução 015/2021 – Resolução da Reforma Agrária.

APRESENTAÇÃO DAS

Em assentamentos e acampamentos de todo o Brasil, uma certeza é comum: a Reforma Agrária vale a pena, porque traz dignidade, trabalho, renda, comida para a mesa. Nas páginas a seguir, você vai conhecer experiências de todo o País, e perceberá a importância da organização política e da organização da produção para que a Reforma Agrária seja uma realidade. Quando conhecemos a história de alguém, valorizamos sua luta e temos força para nos unir em defesa da justiça social que a Reforma Agrária representa.

Claro, é necessário ter infraestrutura - saneamento básico, escolas, postos de saúde, estradas, segurança, centros comunitários, meios de transporte, energia elétrica, internet. São direitos básicos de qualquer cidadão(ã) brasileiro(a), pelos quais nosso Sistema Confederativo (Sindicatos, Federações e CONTAG) luta incansavelmente.

As cooperativas e associações estão presentes em diversas das experiências relatadas, demonstrando a força que existe quando os(as) agricultores(as) familiares se unem para conseguir melhores condições de venda, preço, compra de insumos, por exemplo. Mas, em todas as histórias contadas nas próximas páginas, conheceremos a força desses trabalhadores e trabalhadoras que, junto ao movimento sindical, encontram maneiras de garantir sua permanência na terra, com qualidade de vida.

Os(as) assentados(as) e acampados(as) que você conhecerá nessas experiências nos incentivam a continuar a luta por uma Reforma Agrária popular, pela igualdade de oportunidades e pelo bem viver no meio rural. Essa luta vale a pena!



EXPERIÊNCIAS





EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL, COOPERATIVISMO E A FORÇA DA JUVENTUDE NA RESEX CHICO MENDES

O líder sindical e ambientalista Chico Mendes foi assassinado no quintal de sua casa em dezembro de 1988, com grande repercussão nacional e internacional graças a sua luta pela preservação da floresta e condições de vida dos seringueiros. Menos de dois anos depois, em março de 1990, o governo criou a Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes), que se estende por sete municípios do Acre, em uma área de 970 mil hectares. Atualmente, vivem três mil fa-

mílias na reserva, que é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

No município de Brasiléia (AC), a família de Alexandre da Silva Maciel, conhecido como Xandão, é uma das que vive do uso sustentável dos recursos da floresta por meio do cooperativismo. Em parceria com o pai, Xandão colhe castanhas do Brasil, borracha da seringueira, produz frutas e suas polpas, além de hortaliças para subsistência. As pro-

duções de castanhas, da borracha e das polpas de frutas são comercializadas pela Cooperativa Agroextrativista Assis Brasil, que faz parte, por sua vez, da Cooperac.

A união dos(as) agricultores e agricultoras familiares no sistema de cooperação traz vantagens como melhor negociação do preço e garantia da venda. A castanha, por exemplo, é vendida para outros estados brasileiros e também para nove países. A borracha é vendida para uma empresa francesa de calçados. “A cooperativa tem papel fundamental no território, porque o morador da reserva, para que possa vender e comprar, precisa estar com documentos legalizados e isso tem como consequência a inclusão social e facilita a vida das pessoas. Graças ao cooperativismo temos preço melhor nos produtos da nossa reserva, conseguimos trazer parcerias dos governos do estado, federal, de universidades, em prol de cadeia produtiva sustentável, garantindo vida digna de quem mora no território e, ao mesmo tempo, garantindo controle do desmatamento”, afirma Alexandre.

Aos 31 anos, o agricultor conta que filhos da Resex Chico Mendes e jovens apoiadores de outros assentamentos próximos formaram o Coletivo Varadouro, no qual discutem propostas

de políticas públicas e de desenvolvimento do local. A partir de sua ação, o coletivo implementou em parceria com o Conselho Nacional de Povos Extrativistas um projeto de pontos de internet na reserva. “Entregamos uma Pauta sobre Segurança Pública para o Ministério da Justiça, e uma carta da juventude da Resex Chico Mendes para a ministra Marina Silva, propondo ações interministeriais para o desenvolvimento da reserva. Nosso coletivo conseguiu também parcerias com o Instituto Federal do Acre para formações e conseguimos vaga no conselho deliberativo da reserva, além de procurar fazer parte de outros espaços de construção”, afirma o jovem extrativista.

Alexandre conta ainda sobre os planos para implantação do turismo de base comunitária, como uma forma de promover a diversidade cultural e produtiva, além de ser mais uma fonte de renda e mostrar aos visitantes a realidade da floresta. “Já estamos mapeando trilhas, como a trilha Chico Mendes”, explica o jovem, que também é poeta e compartilha conosco um trecho de seu lirismo: “Precisamos trabalhar/ Plantar, limpar, colher/ Ter uma reforma agrária ecológica/ Para melhor favorecer/ O justo sistema agrário/ Para não ser necessário/ Ninguém pedir para comer”.



24 ANOS DE AMOR E CUIDADO ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Da ocupação e mobilização em busca do direito à produção, surge no final da década de 1990 o acampamento 'Che Guevara', que ocupa terras abandonadas da antiga 'Fazenda Pacas', com aproximadamente 340 hectares na zona rural de Murici, região da Mata de Alagoas. As famílias acampadas enfrentaram sete ordens de despejo, mas nos anos 2.000 veio o Contrato de Concessão de Uso (CCU) da terra. A antiga fazenda 'Pacas' foi então rebatizada de 'Assentamento Che Guevara' e possui 85 famílias assentadas pela reforma agrária divididas em lotes de 4 a 7,3 hectares. No entanto, as

famílias ainda aguardam o título definitivo de posse da terra.

Cícero Antônio da Silva Soares, conhecido como 'Bel', estava entre as 85 famílias que ocuparam a antiga fazenda 'Pacas' no ano de 1999. Há 24 anos no lote número '60', batizado de Sítio Santa Luzia, ele e sua esposa, Maria Olímpia, cultivam os 6,3 hectares de que dispõem. Em uma área antes ocupada por mato e capim, existe agora uma produção diversificada com uma pequena lavoura de laranja, coco verde, frutas diversas e criação de peixes, de porcos e de galinha caipira, que também fornece ovo caipira. No lugar de

um ‘barraco’ de 4x4 metros, hoje, o casal vive numa bela casa de aproximadamente 60m² com 03 quartos e 01 suite.

Para Bel e Olímpia, após muito trabalho na organização do lote e da produção agrícola, o próximo passo para a sustentabilidade era estar num espaço permanente de comercialização. A convite da Comissão Pastoral da Terra, a partir de 2015 o casal participou da feira anual da Reforma Agrária, em Maceió. Por meio dessa experiência, no início de 2019, Olímpia e Bel foram convidados a participar também da Feira da Agricultura Familiar da FETAG/AL, realizada a cada 15 dias.

“Gostamos muito, pois fomos bem acolhidos. Esta feira nos deu a oportunidade de ter um lugar certo para a comercialização e uma renda boa. Antes, a gente perdia o excesso da nossa produção

ou então entregávamos ao atravessador, que paga o quanto quer, pois não tinha [sic.] este espaço permanente de comercialização. Esta feira quinzenal da FETAG nos ajuda demais”, declara Maria Olímpia.

Para Leonardo Correia, vice-presidente e secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da FETAG/AL, a feira se tornou um importante espaço de comercialização da agricultura familiar em Maceió, propiciando aos agricultores e agricultoras familiares um espaço adequado, e permanente, para comercializar seus produtos fornecendo alimentos saudáveis ao consumidor. “Hoje a feira já está no calendário da cidade fazendo com que a população da capital tenha uma fonte segura onde comprar alimento saudável direto da mão do agricultor familiar que produz os alimentos na roça”.





“GRANDES DESAFIOS EXIGEM NOVAS METODOLOGIAS PARA A LUTA”

Maria Dorama Cardoso, de 68 anos, é sindicalista, agricultora e integrante da Associação Filantrópica de Moradores e Assentados do Corre Água do Piririm (Afimacap). A terra em que vive ainda hoje já foi ocupada por seus avós e bisavós, e ela viu o local se transformar em vila, depois em comunidade, que conta com escola, posto de saúde e uma fábrica de farinha. Mas, no ano 2000, Dorama viu também a criação do Projeto de Assentamento Corre Água acontecer em uma área ao lado da comunidade, sem qualquer estrutura para as famílias designadas para o local. Ao todo, entre comunidade e assentamento, são 214 famílias vivendo no território, que fica a 115 km da capital do estado, no município de Macapá.

Dorama explica que a maior parte das famílias designadas para o assentamento não consegue de fato produzir, pois não há estrutura, estrada e energia elétrica. Muitas precisam se mudar para conseguir que os(as) filhos(as) possam estudar. “Se o filho de um assentado sai da terra para se qualificar e a família vai junto para apoiá-lo, ela perde a terra. Como é possível permanecer na terra se não há condições de vida?”, questiona Dorama, que é vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Macapá. No entanto, ela afirma que há famílias que resistem e produzem farinha de mandioca, frutas como melancia, maracujá, cupuaçu e açaí, algumas também criam frangos para vender. A comercialização é feita principalmente para a própria comunidade e mercearias próximas.

Para melhorar as condições de vida dos moradores e assentados do Corre Água do Pírim, Dorama participou com outros integrantes da construção do estatuto para a criação de uma cooperativa para a produção de farinha de mandioca, que vai abranger as 36 comunidades da região e qualificar o produto, oferecendo boa estrutura, máquinas adequadas, empacotamento e selo de qualidade. “A comercialização é um grande desafio, porque os(as) agricultores(as) dizem que não têm para quem vender, já que o comércio local não é suficiente. Temos que qualificar o produto, mostrar de onde veio,



quem plantou, ter uma padronização. Isso é um incentivo para o produtor: ver nossa farinha, banana, melancia, tapioca empacotada nos supermercados da região. E o produtor tem que estar qualificado e com saúde. A saúde mental das pessoas é outro desafio gravíssimo”, aponta a líder comunitária, que informa que também estão participando da criação da Ceasa do Amapá, “mais um passo importante para fortalecer a nossa agricultura familiar”.

“A Reforma Agrária não é só divisão da terra, mas garantia de condições para não abandonar o lote, com estrutura: estrada, escola, posto médico e isso é reforma agrária, boa qualidade em todas as áreas da vida”, afirma Dorama. “Por isso, precisamos de um movimento sindical forte. Temos que ter uma nova metodologia para a luta, uma vacina de ânimo”, instiga a sindicalista. Dorama tem esperança. “A internet e os meios digitais dão condições de a gente se comunicar, dar uma palestra, fazer pesquisa. Por aqui, nossa internet ainda é precária, mas já está me possibilitando falar sobre a nossa realidade para esta revista”, conclui ela.

ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELO DESENVOLVIMENTO DOS ASSENTAMENTOS

O Projeto de Assentamento Tarumã Mirim foi criado em 1996, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no município de Manaus (AM). Na época, foram assentadas 1.042 famílias, com o intuito de gerar produção de alimentos saudáveis através da agricultura familiar. Atualmente, existem 18 associações da agricultura familiar, que organizam os(as) agricultores(as) em seus ramais ou vicinais - 80% das quais estão

organizadas com documentação. As lideranças dessas quase vinte associações formam uma grande instância deliberativa, chamada de "Conselhão".

No ramal Buriti, a Associação da Comunidade Agrícola Tarumã Açú representa mais de 170 famílias, contando com 520 associados. Criada em junho de 1995, ou seja, antes do local ser formalizado como Projeto de Assentamento, atualmente a associação é organizada de



acordo com as atividades produtivas da comunidade: além da diretoria, há o grupo dos orgânicos, o grupo energia sem fronteira, o grupo mãos amigas, o grupo da pimenta, o grupo da piscicultura e o grupo da farinhada.

A agricultora familiar Maria Lucinete Nicácio de Lima, conhecida como Dona Lúcia, vive em seu lote desde 1979, quando tinha 13 anos, sempre desenvolvendo suas atividades extrativistas, de pesca, preservação do meio ambiente, da fauna e flora. Filha de nordestinos, mas nascida em Manaus, hoje, Dona Lúcia está com 56 anos, casada e seus cinco filhos também são assentados no PA Tarumã Mirim. Sua

área total é de 25 hectares, onde produz macaxeira, rambutan, cupuaçu, castanheira, mari, abacaxi, coco, pupunha, biribá, ingá, jambo, caju, pimenta do reino, pimenta de cheiro, cheiro verde, cebolinha, criação de galinhas, porcos, patos, gansos, peixe e gado.

Dona Lúcia tem grande representatividade na comunidade e atua em diversos espaços políticos em defesa do PA Tarumã Mirim, da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Além de ser presidenta da associação, é presidenta do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município, faz parte de central sindical, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Conselho do Trabalho estadual. A agricultora familiar já fez parte da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores(as) Familiares do Estado do Amazonas (FETAGRI-AM), com Conselho do Clima estadual e diversas outras instâncias representativas.

Em todos esses espaços, Dona Lúcia sempre defendeu os direitos da categoria dos agricultores e agricultoras familiares na luta pela permanência da terra, regularização fundiária, assistência técnica, melhoria de ramais, financiamentos, transporte e comercialização da produção, educação do campo e saúde de qualidade no campo, energia sem fronteiras, sempre buscando qualidade de vida e financeira para os(as) agricultores(as) familiares.



“QUEREMOS SER ASSENTADOS PARA TER ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS”



No município de Eunápolis, que fica a 65km de Porto Seguro, há mais de uma década agricultores(as) familiares fazem a luta por um pedaço de chão e, desde então, contam com o apoio da FETAG-BA para organizar suas lutas. Dessa ocupação resultaram três projetos de Assentamento - Maravilha, Santa Maria e Embaúba - mas ainda existem famílias em dois acampamentos, esperando a conclusão de negociações entre o Incra, a empresa que detêm o domínio da área e o governo do estado da Bahia.

Uma dessas ocupações é o Acampamento Aristeu Carvalho Lisboa, em que vivem atualmente 73 famílias. Uma delas é a de Norma Cristina Braga, de 59 anos, que está no acampamento desde seu início, há 12 anos. Ela e o companheiro Givaldo Vasconcelos Machado, de 54 anos, na área que ocupam, denominada “Fazenda Aliança”, produzem mandioca, abóbora, abacaxi e criam aves e suínos, que comercializam em feiras livres, mercearias de verduras e legumes, verdurões e outros estabelecimentos.

“Queremos ser assentados, fazer parte de cooperativas de produção e comercialização, ter equipamentos agrícolas. Queremos ser assentados para usufruirmos das políticas públicas e dos benefícios oferecidos pelos órgãos competentes. Nossa DAP venceu e ainda não conseguimos o CAF, estamos tentando o PAA e Pnae, ainda não conseguimos”, explica Norma. Não temos Escolas, nem Posto de Saúde.

De acordo com a agricultora, as famílias já resistiram a quatro ações de despe-

jos no acampamento.” Hoje já convivem pacificamente, aguardando a conclusão do processo para efetivar o Projeto de Assentamento”. “Essas ações nos entristeciam e desanimavam. Mas costumo dizer para os acampados que aguentem despejos e veem suas roças destruídas: ‘renasce das cinzas, com muito mais força, fé e perseverança. Isto nos fortalece, pois a terra tem uma ligação muito grande com o ser humano, quase um cordão umbilical’”, afirma.





CUIDANDO E ADOÇANDO O SERTÃO: ABELHAS TRANSFORMAM A VIDA NO INTERIOR DO CEARÁ

O Assentamento Alegre, em Quixeramobim (CE), foi criado em 1998 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), atendendo à demanda do movimento sindical rural. Conta com 1254 hectares e 32 famílias. Com uma produção em crescimento, sete dessas famílias passaram a criar abelhas europeias para a produção de mel. No final do ano de 2022, já contavam com 100 colmeias, que possibilitaram a colheita de mais de quatro toneladas de mel, destinados à exportação.

O assentado Jaime Santos, presidente das associações de apicultores do Assentamento Alegre e do município de Quixeramobim, destaca as vantagens da criação de abelhas. “Até o momento só temos coisas boas para falar sobre a criação de abelhas para produção de mel. Diferente de outras culturas, as abelhas exigem menos da gente fisicamente, possibilitam uma boa renda e ajudam o meio ambiente”, aponta Santos.

“Nosso mel é totalmente orgânico. Votamos em assembleia e aprovamos a proibição de qualquer tipo de veneno, independente da cultura. Os agricultores e agricultoras

familiares com terras vizinhas ao assentamento também não usam veneno, com isso, temos a segurança da qualidade do mel produzido aqui”, complementa o assentado e dirigente sindical, Rogério Elias.

As famílias envolvidas no apiário optaram por ampliar o número de colmeias em 2023, passando de 100 para 160. A jovem assentada Ana Cristina Ramos, de 33 anos, terminou o ano de 2022 com 22 colmeias, em parceria com a irmã, com o objetivo de chegar até 38 colmeias até o fim do mês de março de 2023. E a meta foi alcançada.

“Eu e minha irmã Crisiane começamos a criar abelhas em 2021, com o apoio do Seu Antônio José, que já era bem experiente, nos apaixonamos pelas abelhas, pela forma que trabalham, se comportam e cuidam do meio ambiente. Estudamos sobre o assunto, nos preparamos e queremos crescer cada vez mais”, afirma Cristina.

Atualmente, o mel produzido no Assentamento vai para uma empresa que destina o produto para exportação, mas os assentados e assentadas planejam já em 2023 destinar parte da produção para a merenda escolar municipal. Para isso, já investiram em equipamentos, como uma máquina para embalar o mel em sachê, tornando mais atrativo para as crianças. A associação do Assentamento está em negociação com o poder público e conta com o apoio do Sindicato, da Fetrace e CONTAG.

As abelhas utilizadas na produção do mel no Assentamento são chamadas de abelhas europeias. Não são nativas do Brasil e as primeiras colmeias chegaram ao País em 1839, vindas de Portugal. Elas têm ferrão, diferente das nativas. Hoje, o maior volume de mel no País é produzido por abelhas da raça europeia e da raça híbrida abelha-africanizada (cruzamento de abelhas europeias e africanas).





OS PLANOS PARA O FUTURO MOVEM A LUTA NO ASSENTAMENTO ITAÚNA

A Cooperativa dos Produtores e Produtoras Rurais do Assentamento Itaúna e Região (Coopitaúna) nasceu em 2021, com o trabalho incansável de seu presidente, Roneci Corrêa, de 38 anos. A iniciativa de organização dos(as) produtores(as) do Assentamento Itaúna, localizado em Planaltina (GO), começou com trabalho de formiguinha para atrair

20 participantes, o número mínimo necessário para constituir uma cooperativa. Valeu a pena. Em dois anos, o número de cooperados já chega a 81.

A Coopitaúna tem contrato por meio do Pnae e fornece alimentos para mais de 60 escolas de Goiás, entre municipais e estaduais, além de um contrato com o Exército e também comercializa pelo PAA. É o início de uma jornada que tem grandes planos para o futuro. “Nossa assembleia deliberou no início de 2022 um planejamento estratégico para ampliar os canais de comercialização. Queremos participar de feiras em Planaltina, Ceasa e Ceilândia (DF), e também desenvolver um aplicativo para fazer vendas nos condomínios da região, além de abastecer o mercado interno, como os restaurantes e sacolões próximos”, explica Roneci.

O presidente da Coopitaúna conta que são mais de 30 os produtos comercializados, entre hortaliças e frutas: banana, melão, abacaxi, goiaba, acerola, manga, abóbora cabotiã, abóbora verde, alface, cheiro verde, couve, rúcula, repolho, brócolis, batata, açafrão... “Uma de nossas cooperadas mais idosas, dona Julia, sempre teve o sonho de fazer parte de uma cooperativa. Ela contribui com o urucum e batata, e muita inspiração. Sempre que queremos fazer alguma ação, planejamos fazer com

rapidez, para que dona Julia consiga ver os resultados com a gente”, afirma Roneci.

Ainda há muitos desafios, como a falta de acompanhamento técnico, por exemplo. “A Emater da região não tem técnicos suficientes. Seriam necessários cinco só para atender nosso município”, considera. “Nós também começamos do zero e o dinheiro que arrecadamos no início não foi suficiente nem para fazer o registro. Mas, com muita luta e trabalho, estamos avançando e temos planos para ter um galpão e carro próprio, porque hoje ainda fazemos o transporte por frete ou carros particulares”, completa o presidente da cooperativa.

Roneci chegou ao acampamento aos 14 anos e precisou esperar quase dez anos para que o Incra reconhecesse a ocupação, criando o Assentamento Itaúna em 2007, onde hoje vivem 100 famílias. Nesse período, o jovem se dedicou ao movimento sindical e aos estudos, se formando em técnico agrícola e depois se especializando em nutrição de plantas. “Eu quase saí daqui em busca de oportunidades melhores, mas fiquei para criar oportunidades aqui mesmo. Tenho a preocupação com a permanência dos jovens, e queremos fazer, ainda em 2023, um encontro da juventude para falar de agricultura familiar e cooperativismo”, conta o rapaz.



O EXEMPLO DE SUCESSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

Mesmo com o aumento da saída de jovens do meio rural para os centros urbanos em busca de oportunidades de emprego e renda, ainda podemos encontrar muitas famílias que seguem unidas nas propriedades rurais. No município de Muniz Freire (ES), o Projeto de Assentamento Ouro Verde, hoje composto

por 30 famílias, está localizado às margens da BR-262.

Toda família que vive no meio rural sonha e deseja viver num lugar com segurança e bem-estar. Viver com dignidade, trabalhar com garantia na geração de renda, ter acesso à educação e saúde. A família do senhor Leonel Ribeiro de Souza,

de 54 anos, e da Dona Maria da Conceição Andrade Souza, de 52 anos, são o exemplo de agricultura familiar e sucessão rural, com oito filhos, sendo seis mulheres, tem dez netos, uma bisneta e mais uma neta que está a caminho.

O senhor Leonel e sua esposa trabalham desde 2002 com o solo e para o sustento da família com a produção familiar, trabalham com a diversificação do uso da terra, com mais de três mil pés de café e outras produções como banana, feijão, milho, aipim, cana-de-açúcar e também a criação de suínos e galinha, em um lote de aproximadamente 7,5 hectares de terra para a família, que exemplificam a importância de plantar, trabalhar, viver e preservar a terra.

O assentamento foi criado no início dos anos 2000 e, em 2002 o assentado e sua família iniciaram suas atividades, junto com seus filhos. Hoje com a sua filha mais velha, de 35 anos, e outros filhos e filhas, iniciaram as atividades com o plantio de café arábica e depois ampliaram a produção com outras culturas. Filiados ao Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Muniz Freire, os membros da unidade familiar se dividem no lote em diversas tarefas e tendo também um filho professor, que trabalha no município vizinho. O Sr. Leonel e a Dona Maria da Conceição contam a experiência da região onde, no início do P.A, o terreno que hoje vivem era uma plantação de abacate, quando chegou há mais de 20 anos. O Sr. Leonel conta que, anteriormente a isso, vivia trabalhando durante as épocas de colheitas em propriedades de terceiros na região.

As crianças estudam próximo ao PA, no município de Brejetuba (ES). Um dos netos do casal é estudante da Escola Família Agrícola (EFA) de Brejetuba, que fica às margens da Rodovia Estadual Antônio Laurindo Uliana, trazem o exemplo da Pedagogia da Alternância, trabalhando sempre com a possibilidade de incorporar o estudante em uma formação integral, com a promoção do meio rural, os princípios e conhecimentos da comunidade agrícola, trazendo a importância do amor pelo campo e os valores do trabalho rural que são passados dos pais para os(as) filhos(as).



“OPORTUNIDADE DE VIDA MELHOR PARA AS FAMÍLIAS ASSENTADAS”

Quem for conhecer hoje a parcela de número 04 do Assentamento Morrinhos, em Caiapônia (GO), não imagina os desafios enfrentados pelo senhor Sandoval Ribeiro de Souza, de 58 anos, e da sua esposa, Rosimeire de Oliveira da Silva Souza, de 53 anos. Já são 20 anos de muitas batalhas até ter dinheiro para investir na propriedade e na produção agrícola. Sandoval Ribeiro conta que foram momentos difíceis, mas já superados, como os nove meses que passou acampado.

“Hoje, podemos dizer que depois de muita luta com o apoio do Sindicato e da Federação, estamos colhendo bons frutos e nos consideramos abençoados por Deus. Eu e minha esposa criamos nossas três filhas aqui, somos realmente agricultores com raízes, com vontade de

trabalhar, olhando para o crescimento na propriedade, acessando crédito para continuar investindo” destaca Sandoval.

Em sua parcela, hoje tem para comercialização: leite, criação de carneiros, suínos e frango caipira. Além de tudo isso, Sandoval planta sorgo e milho em sua propriedade de 35 hectares e conta com os maquinários para uma boa plantação até o momento da colheita.

O assentado Sandoval, do Projeto de Assentamento Morrinhos, em Caiapônia (GO), conta com orgulho que ele e sua esposa Rosimeire estão conseguindo vencer e ter renda suficiente para dar qualidade de vida a toda sua família. Em seu lote criam carneiros, galinha caipira, suínos, vacas leiteiras, plantio de mandioca, plantio de guariroba, plantio de milho e sorgo.

O assentamento Morrinhos foi oficializado pelo Incra em 14 de dezembro de 1999 e, atualmente, conta com 21 famílias, que têm moradias e acesso à energia elétrica. Os(as) moradores fazem parte da Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Morrinhos, que ajudou os(as) assentados(as) com o acesso ao Pronaf e à estrutura atual. Os(as) assentados(as) contam também com a Cooperfic, criada em 18 de julho de 2009, que tem 49 sócios e contribui na comercialização das verduras e da soja. O leite produzido é vendido para empresas de laticínios.

“A reforma agrária vale a pena porque combate à fome, por meio da produção de qualidade e dá oportunidade de vida melhor para as famílias assentadas”, afirma Sandoval Ribeiro.





BOAS PRÁTICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MARANHÃO

O Assentamento São Jorge, localizado no município de Cidelândia (MA), foi criado em 1997 para abrigar 96 famílias em uma área de 4 mil hectares. Atualmente, 94 famílias moram no território e 40 aguardam para serem regularizadas. Desde sua criação, o Assentamento São Jorge ainda não foi titulado e, atualmente, está em processo de georreferenciamento.

O agricultor familiar Luiz Gonzaga Santos, mais conhecido como Gonzaga, chegou ao local ainda em 1993, quando as primeiras famílias se instalaram. Ele cultiva, em seu pedaço de terra, frutas como manga, cupuaçu, abacaxi, sapoti, cajá, goiaba e muitas outras. O agricultor também produz mandioca, feijão, arroz e cria abelhas nativas e italianas.



Gonzaga explica que das abelhas italianas extrai o mel para comercialização e as abelhas nativas ele cria para a preservação da espécie. “Por fazer parte do movimento sindical, fiz diversos cursos para aprimorar a agricultura familiar e também de apicultura que possibilitou a criação das abelhas italianas e nativas”, disse.

De acordo com ele, a cadeia produtiva das famílias é 80% de criação de vacas leiteiras. Cerca de 6 mil litros são produzidos por dia no Assentamento e comercializados na região Tocantina, onde está localizado o município de Cidelândia. Também produzem farinha, cultivam milho, juçara (açai), feijão e macaxeira.

Com quase 30 anos da criação do Projeto de Assentamento São Jorge, Luiz Gonzaga e os moradores do território aguardam que o processo de titulação seja finalmente terminado para adquirirem o documento oficial da terra.

É a demora no processo que faz com que o Maranhão esteja entre os estados com mais conflitos no campo do Brasil. Enquanto a titulação não vem, Gonzaga e as famílias do Assentamento continuam o extrativismo e a produção de leite, além de contribuírem diretamente para a preservação do meio ambiente no estado.



PRODUZINDO E COMERCIALIZANDO PARA UMA VIDA TRANQUILA

No Projeto de Assentamento Santa Luzia I, localizado no município de Tapurah (MT), vivem 71 famílias, com sítios de aproximadamente 40 hectares cada um. O PA tem uma associação com sede própria, energia elétrica, cada família tem seu próprio poço artesiano e as estradas são cobertas com cascalho, por onde passam os ônibus municipais para buscar as crianças para a escola.

As famílias produzem leite, hortaliças, frutas, granjas, gado de corte e peixes. A comercialização se dá por meio da participação da feira que acontece três vezes por semana no município, e também pela participação no Pnae e PAA.

“Há mais de 10 anos juntamente com a minha família, com muito esforço e trabalho, conseguimos ajeitar o nosso sítio, compramos umas vacas leiteiras, plantamos em uma

pequena área silagem, fomos contemplados com um resfriador de leite pela Secretaria da Agricultura do município de Tapurah e a cada dois dias o laticínio vem buscar”, conta o assentado José Bonfim.

Outro agricultor, senhor José Ferreira da Silva relata: “Resido no assentamento desde o ano de 1998, fui homologado no ano de 1999. É um lugar de terra bastante produtiva, onde temos o apoio em conjunto com a prefeitura e o Incra-MT. A única dificuldade é a falta de assistência técnica para os pequenos agricultores”, afirma Silva.





“ESTAR ASSENTADO MELHOROU MINHA QUALIDADE DE VIDA”

O Assentamento Eldorado se estende por 27 mil hectares no município de Sidrolândia, a 40 quilômetros de Campo Grande (MS). Dividido em três partes - Eldorado I, Eldorado II e Eldorado Parte - o complexo abriga atualmente o total de 2.100 famílias. Após longos anos de acampamento, os(as) agricultores(as) puderam ter acesso aos lotes de cerca de 10 hectares em 2006, quando o Incra reconheceu

oficialmente o assentamento.

Uma dessas famílias é a de Arnaldo Moreira dos Santos, que vive em Eldorado II com a esposa há 17 anos, depois de ficar acampado por um ano. Os dois filhos do casal, uma moça e um rapaz, são formados em Educação do Campo, pois os pais sempre quiseram que eles tivessem uma formação que os permitisse ficar no campo e contribuir para a comunidade. A co-



mercionalização da produção de Arnaldo é feita pelo Pnae e também diretamente para a Ceasa local. A família já teve acesso ao Pronaf A, ao Pronaf Custeio e ao Fomento Mulher. “Estar assentado melhorou minha qualidade de vida”, afirmou o senhor Arnaldo.

Em Eldorado II as famílias contam com estrada, energia elétrica, posto de saúde e duas escolas, uma estadual e uma municipal. Ainda existem desafios, mas a parceria com a Fetagri-MS busca atender as necessidades das famílias acampadas.





COOPERATIVISMO E ACESSO A TECNOLOGIAS PARA PROSPERAR

Elza Moreira da Silva é assentada da Reforma Agrária no Projeto de Assentamento Santa Rosa, lote 27, desde a sua criação, no ano de 1998. O assentamento possui 65 famílias e está localizado no município de Paracatu (MG). Ela vive e trabalha no lote em regime de economia fa-

miliar, com seu marido Evaldo e seus dois filhos. Sente orgulho de dizer que vive da atividade rural proporcionada pela Reforma Agrária.

Sua principal produção no lote é o leite, cerca de 600 litros/dia. E outros complementos de produtividade, são: criação

de galinhas para produção de ovos (venda e consumo), derivados do leite (queijo, doces) e produção de alimentos para o rebanho na seca - ela já trabalhou com o silo, mas devido ao custo alto, diversificou para cana-de-açúcar e capim-açu, uma modalidade de capim desenvolvido pela Embrapa, que deu certo no lote. Além disso, Elza também produz frutas (acerola, limão, abacaxi) para produção de polpa.

A agricultora registra que entregou na última safra cerca de uma tonelada e meia de acerola para processamento de polpas para a Cooperativa Mista dos Assentados e Agricultores Familiares do Noroeste de Minas (Cooperfan), da qual Elza é também sócia-fundadora, porque acredita no cooperativismo e na necessidade de se trabalhar em rede para a comercialização da produção. A cooperativa tem sede em Paracatu (MG).

Elza conseguiu montar uma pequena usina de energia solar com 21 painéis, que produz 1600 kwh mensais para o próprio consumo e trabalho, além de dois tanques de leite, uma máquina para ordenha e, mais recentemente, construiu um biodigestor no lote. O acesso a essas tecnologias facilitou o manejo na produção e baixou o custo na produção.

O projeto do biodigestor foi um sonho, pesquisado e realizado. “Ouvia falar, mas não conhecia, passei acreditar que funcionava e realmente funciona. Hoje, tenho aqui montado na minha propriedade, com



bons resultados. O gás que uso na minha cozinha é produzido pelo biodigestor”, conta a agricultora. O sonho foi realizado graças à parceria e apoio da Cooperfan e da Embrapa. “Participamos de várias oficinas, adquirimos conhecimentos, até colocar o projeto em prática”, explica Elza.



UTILIZANDO A RIQUEZA DA FLORESTA DE MANEIRA SUSTENTÁVEL

Um Plano de Manejo elaborado a partir de 2020, em parceria com uma empresa da região, trouxe muito desenvolvimento para o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista Acangatá (PEAEX Acangatá), localizado no município de Portel (PA), no território das Ilhas do Marajó. O plano prevê a extração sustentável de madeira em 7 hectares, e o recebimento de um percentual dos lucros para ser utilizado em benefício das 485 famílias que vivem no assentamento, que tiveram a concessão de uso da terra pelo estado em 2012.

Por meio dos recursos conseguidos pelo Plano de Manejo, a Associação dos

Moradores PEAEX Acangatá pode implementar uma rede de água potável, com estrutura que inclui 120 poços artesianos, caixas d'água de 500 mil litros, bombas d'água, assim como encanamento. "Hoje, me sinto agradecido por ter água potável em casa. Antes nós não tínhamos água boa, principalmente no período de inverno, em que as águas do rio ficam impossibilitadas de serem consumidas", conta o assentado Neilton.

A presidenta da associação, Maria Santana Ferreira Gonçalves, explica que os recursos também possibilitaram a reforma do Posto de Saúde que atende 2 mil fa-

mílias de dois assentamentos, construção de centros comunitários e a aquisição de uma lancha para apoio das famílias, como ajuda no caso de emergência de saúde, ou o deslocamento da diretoria da associação para os trabalhos comunitários.

“Quando o governo do estado nos concedeu o direito de uso da terra foi crucial para a gente negociar com uma empresa e poder receber parte do recurso que é tirado com a floresta. A gente era ameaçado pelas empresas clandestinas que tiravam tudo e não deixavam nada para a gente. Depois de diversas reuniões com a comunidade e com quem mora no território, nós decidimos negociar com uma empresa, que nos apresentou o plano e, hoje, estamos conseguindo fazer bastante coisa com esses recursos. O plano estará em vigor até 2025 e até lá estamos planejando o que virá em seguida, se um projeto para trabalhar com a floresta em pé, por exemplo”, explica a liderança, que destaca a participação do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Portel: “O Sindicato sempre esteve do nosso lado”.

Por meio de um projeto com o governo do estado, o PEAEX Acangatá implementou placas solares para a produção de energia elétrica. Há uma escola estadual que atende os(as) jovens até o Ensino Médio, além de escolas comunitárias menores, para as crianças. “Depois que conseguimos a regularização fundiária, a nossa qualidade de vida melhorou muito.



Como associação, conseguimos participar de várias formações para melhorar o movimento. Através da reforma agrária conseguimos acessar vários programas e ter mais facilidade para ver o mundo lá fora e conscientizar todos que moram no assentamento”, informa a presidenta da associação.

As famílias produzem frutas como açaí, cupuaçu, bacuri, pupunha (*in natura* e em polpa) e mandioca e seus derivados, como farinha e tapioca. A comercialização se dá nos portos das casas dos ribeirinhos, em feiras próximas e também pelo Pnae. Os(as) assentados(as) praticam ainda caça e pesca de subsistência, e cerca de 60 famílias trabalham com Sistema Agroflorestal (SAF), recuperando áreas degradadas pelo plantio de diversas espécies nativas. “Além disso tudo, uma política pública importante para nosso assentamento é o Bolsa Família, recebido por todas as famílias que vivem aqui”, completa Maria Santana.



INICIATIVA DE MULHERES ASSENTADAS FAZEM GIRAR A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Mulheres trabalhadoras rurais do Projeto de Assentamento Acauã, localizado no município de Aparecida (PB), estão expandindo suas fontes de renda. Em busca de melhores espaços e divulgação e escoamento de suas produções, criaram com outras trabalhadoras a Cooperativa Mista das Padeiras e Costureiras de Aparecida (Comparecida), com apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e da FETAG-PB.

A Federação indicou um assessor técnico para trabalhar uma oficina de constituição de uma cooperativa com o grupo das mulheres. Todo o processo pedagógico e técnico foi realizado em um período de 90 dias. Atualmente, a cooperativa, que

conta com 28 sócias, funciona de fato e seu registro está na fase de conclusão.

As padeiras se capacitaram e trabalham na padaria Mulheres de Fibra, que conta com todos os maquinários de última geração, adquirida através de programas do governo do estado e localizada na Comunidade Extrema, próxima ao município de Aparecida.

As costureiras têm um espaço na sede do Sindicato, com estruturas de máquinas de costura, onde fabricam as confecções. A comercialização das roupas é feita por encomendas, de acordo com as necessidades de cada cliente. Provisoriamente, a cooperativa funciona também no sindicato e a proposta é estruturar sua sede no Projeto de Assentamento Acauã.

TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA: BOM PARA O MEIO AMBIENTE E PARA A ECONOMIA

Apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Ventura de São Roque, filiado à FETAEP, o Assentamento Novo Paraíso usa exclusivamente mão de obra da família, em regime de economia familiar, e direciona, desde cedo, as crianças para o gosto e o cuidado da terra, visando estimular a sucessão rural. Isso ajudou na melhora da qualidade de vida das famílias, que atualmente trabalham, em sua maioria, com produção leiteira, de erva-mate, além da produção de alimentos diversificados, como as hortaliças, que são entregues para escolas e colégios com acesso aos programas do PAA e Pnae. O restante da produção é vendido para supermercados do município.

Com o avanço da discussão sobre consumo de alimentação orgânica e a importância de um novo modelo de produção focado principalmente na agroecologia, algumas famílias do assentamento vêm se desafiando a colocar em prática a produção de alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos. No assentamento, existe um lote com a certificação orgânica e dois em transição para or-



gânico, com a previsão de conquista do certificado em setembro de 2023. Um deles é o da família Dalepiane/Balbino-tti, que está em transição para certificação orgânica, e é uma experiência de sucesso dentro do conceito da Reforma Agrária Popular.

Na unidade de produção Caminhos da Liberdade, o trabalho é familiar e feito por mulheres, com foco na produção de leite e de alimentos sem venenos. O processo de certificação começou em 2022. Hoje, a unidade conta com várias práticas agroecológicas, como o Pastoreio Racional Voisin (PRV) na base para a produção do leite, as agroflorestas com foco nas frutíferas, a produção de hortaliças destinadas para o PAA, a produção de erva-mate sombreada e o plantio direto de soja orgânico. A família, que produz visando o máximo possível para o autoconsumo, emprega na terra essas práticas, que buscam cuidar da qualidade do solo, do meio ambiente e dos animais.

Uma das agricultoras deste núcleo explica o trabalho: “O nosso trabalho com a agroecologia é um desafio permanente e está em construção. Entendemos que precisamos nos contrapor à lógica do agronegócio, que ameaça a vida, destrói o solo e o meio ambiente. Estas experiências agroecológicas são muito satisfatórias economicamente e socialmente para nossa unidade de produção. Cada dia aprendemos mais como observar a

natureza e entender que pragas e doenças são um sinal de um solo doente. Trabalhamos para que a terra cumpra sua função de produzir alimentos saudáveis, sem contaminar o meio ambiente e o solo. Entendemos que a agroecologia é o caminho”. Atualmente, essa família alcança com a produção orgânica resultados tão satisfatórios quanto aos conquistados com os processos convencionais, como, por exemplo, com a colheita de cinco hectares de soja.

O assentamento é fruto de uma longa história de luta. No dia 19 de agosto de 1989, 42 famílias sem terra do MST, vindas da região central e do sudoeste do Paraná, ocuparam a Fazenda Cunha, improdutivo há muitos anos e desmatada para extrativismo de madeira para uma serraria da região, que foi desativada durante a ocupação. Após a ocupação, as famílias começaram a plantar alimentos para subsistência e também para a comercialização. Foram aproximadamente 23 anos com as famílias trabalhando de forma coletiva, cultivando diversas variedades de alimentos em grãos, como milho, feijão, arroz, trigo e soja, além da produção de leite. Em 2012, o grupo resolveu dividir o terreno, designando cerca de 17 hectares para cada família, que tocaria sua propriedade individualmente, diversificando a organização e a produção de alimentos, contando com financiamentos por meio de créditos do Pronaf.



ASSOCIATIVISMO E BUSCA POR PARCERIAS SÃO CAMINHOS PARA O SUCESSO

A criação do Projeto de Assentamento (PA) Poço do Serrote, localizado no município de Serra Talhada (PE), foi fruto de mobilização de famílias que sonhavam com um pedaço de chão com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Serra Talhada e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e CONTAG. A ocupação que mobilizou os(as) trabalhadores(as) se deu no ano de 2003 e a regularização por parte do Incra ocorreu em 2004.

No ano de 2007, por meio de uma articulação entre o Movimento Sindical, a Companhia de Desenvolvimento dos

Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e o Projeto Dom Helder, com recursos do Pronaf Infraestrutura, o assentamento Poço do Serrote foi contemplado com a implantação de uma Casa do Mel e a aquisição de colmeias e equipamentos para o beneficiamento do produto.

A constituição da Associação dos Apicultores do Município de Serra Talhada e Adjacências se deu em dezembro de 2008, e foi importante para melhorar a produção por meio de capacitações e articulações com entidades parceiras. Com o Selo de Inspeção Estadual (SIE), a associação tem autorização para a comercialização em todo o estado. Além do mel,

produzem extrato de própolis, cera, mel em favos, na garrafinha e em sachê.

No ano de 2022, a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) firmou convênio com a Associação e está investindo na aquisição de equipamentos e colmeias. “Para nós, é motivo de muita alegria. Conseguimos 10 decantadores e 300 colmeias. A produção vai aumentar tanto na estruturação do espaço quanto dos apicultores que desejam iniciar. A Prefeitura Municipal definiu que irá comprar 12 toneladas de mel por ano, quando antes compravam apenas mil quilos”, comemorou o presidente da Casa do Mel, Cícero Aldo.

A comunidade recebeu assessoria técnica pelo Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) em convênio de Ates com o Inkra. Adquiriram as cisternas de primeira e segunda água em parceria com o Cecor e Diaconia, instituições ligadas à ASA Pernambuco.

No assentamento, cerca de dez famílias também produzem hortaliças e frutas

de forma agroecológica - folhosas como coentro, cebolinha, e couve, além de feijão, milho, batata, macaxeira, tomate, galinha ovo, carne de ovelha, leite e frutas diversas. Os produtos são levados à feira agroecológica em Serra Talhada uma vez por semana.

É importante destacar que a luta pela terra revelou lideranças na comunidade, como os assentados Zé Pereira, que se tornou presidente do Sindicato e foi vereador do município de Serra Talhada, e Cícera Nunes, que foi diretora do Sindicato e, depois, diretora de Juventude e Finanças e, atualmente, presidenta da FETAPE.

Segundo Cícera Nunes, o que tem viabilizado o assentamento e permitido uma melhor qualidade de vida dos(as) assentados(as), desde a organização do acampamento até o presente momento, é a integração das instituições com a associação que permitiu o acesso a diversas políticas públicas.





ASSOCIATIVISMO E BUSCA POR PARCERIAS SÃO CAMINHOS PARA O SUCESSO

O Assentamento PA Laginha / Retiro, localizado no município de União (PI), conta com 22 famílias assentadas. As culturas que mais se destacam nas produções são as de milho, feijão, macaxeira e melancia. Os(as) moradores(as) estão articulados por meio de associação e conseguem vender através dos programas: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa de Aquisição de Alimentos da Conab; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa de Alimentação Saudável (PAS); e também fazem a co-

mercialização dos produtos em feiras locais e feiras da agricultura familiar promovidas pelo município.

Dessa forma, os(as) assentados(as) e a associação conseguem fazer a organização e comercialização da produção, mantendo a prosperidade e a geração de renda e, conseqüentemente, a melhora na qualidade de vida dos assentados(as), mostrando mais um caso de sucesso dos programas de reforma agrária e intensificando a importância dos mesmos e seu impacto positivo na sociedade.



O SONHO É MAIOR DO QUE TODAS AS DIFICULDADES

Sol, chuva, vento, frio, animais peçonhentos, nenhuma infraestrutura, ameaças, violência e incertezas. Viver em um acampamento requer a coragem dos que têm o sonho de ter o seu pedaço de chão e poder viver do que a terra dá. No Acampamento Emiliano Zapata, 52 famílias vivem embaixo de lonas desde 2016, enfrentando todo tipo de adversidades porque têm esperança.

“Perdemos Mineiro, um grande companheiro na luta e não queremos que sua morte seja em vão. Para todas essas famílias, esse lugar é toda a sua vida, deixaram tudo o que tinham para trás, abriram mão do conforto da cidade, amigos e familia-

res em busca do sonho de uma qualidade de vida melhor, sem contar que são apaixonados pela vida no campo, o prazer de plantar e colher seu próprio alimento”, afirma a presidente da associação do acampamento, Amigos do Campo, Miriam dos Santos.

Entre os(as) acampados estão seis idosos e 14 crianças, que têm acesso à educação por meio do ônibus escolar enviado pela Secretaria de Educação do município, que também garante vaga para os pequenos nas escolas próximas. A Secretaria de Saúde, por sua vez, envia uma equipe uma vez por mês ao acampamento, para fazer vacinação e consulta para pessoas e ani-

mais. O Estado também está presente por meio do CRAS, que envia, a cada dois meses, uma cesta básica aos acampados(as). A água, elemento tão fundamental, as famílias compram de carros-pipa.

Miriam Santos adverte que as famílias ainda passam pela insegurança de não poderem ficar na terra, pois o Incra poderá chamar interessados por meio de edital. “Nosso único medo é esse: de lutar e não ficarmos aqui”, diz ela.

Atualmente, todas as famílias estão envolvidas na produção de aipim, amendoim, feijão de corda, batata doce, quiabo e tantas outras plantas não convencionais (Pancs), e pequenos animais que são para consumo do acampamento e das comunidades próximas. De acordo com Miriam, a comercialização se dá de muitas formas: “Divulgamos em grupos de venda pelo WhatsApp, mas algumas pessoas vendem na feira, outras saem de carro e vendem de porta em porta, e também alguns feirantes compram a mercadoria para revender”, explica.

De acordo com a acampada Silvana Calcanho, “a luta nos permitiu construir uma visão crítica sobre a nossa realidade, permitindo-nos situar nossas histórias, fazemos rodas de conversa e grupo de estudos entre os acampados(as) com os materiais da nossa CONTAG, ENFOC e alguns já passaram pela formação estadual, temos educadoras populares multiplicando o saber e aprendendo no acampamento”, conta a agricultora.

“Mesmo em meios imprevisíveis não perdemos a esperança de continuamos lutando pelo que acreditamos mesmo em tempos difíceis onde nossos direitos são negados e sucateados, lutamos de cabeça erguida, hoje com nossa luta ganha na justiça, estamos no aguardo do Incra vir nos entregar o tão sonhado título da terra”, continua.

Silvana informa, ainda, que planejam começar a produção de adubo orgânico com microrganismos eficientes e húmus de minhocas. “Com pouco recursos estamos produzindo e entregando no município de São Pedro da Aldeia e outros municípios vizinhos. Mesmo nos momentos difíceis e de muitos sofrimentos não perdemos a nossa fé em Deus por justiça pela morte do nosso companheiro Mineiro, por acreditar que podemos deixar esse planeta um pouco melhor do que encontramos e nos deu o combustível para continuar de pé e avante! Que a nossa paciência nunca abra mão da luta”, completa.





COM AGROECOLOGIA E COOPERAÇÃO, NOSSA LUTA VALE A PENA!

Os assentamentos Lagoa de Baixo, Santa Maria III, Santa Paz e Umarizeiro estão localizados no município de Guamaré, a cerca de 180 km de Natal, e juntos totalizam 230 famílias. Lá se estabeleceu a produção em Quintais Produtivos e os agricultores e agricultoras familiares avançam nas estratégias fundamentais que constroem um campo mais justo e sustentável, através de iniciativas fruto de parceria entre a FETARN e a Prefeitura local.

Uma das famílias beneficiadas pela iniciativa dos Quintais Produtivos é a da

agricultora familiar Maria Rainha. “A gente cultiva banana, coqueiro, tomate, coentro, couve, algodão, milho, além de sorgo no inverno, e isso se tornou uma renda, eu vendo hortaliças para a cooperativa”, nos conta Rainha, que mora no assentamento Santa Maria III há 12 anos. Ela conta que a sua produção é feita sem o uso de agrotóxicos, não recebe subsídio de iniciativas governamentais e que conta apenas com o apoio da FETARN.

Outro exemplo é do agricultor José Oliveira da Costa, mais conhecido como

Zé Beju, morador do assentamento Umarizeiro, localizado no distrito de Baixa do Meio. “Eu produzo tilápia, capim elefante, feno e, durante o inverno, a gente planta sorgo, milho e feijão. Nós temos também uma criação de ovelhas. O problema é que as águas e as condições para produzir ainda são poucas. Mas, ainda temos a ajuda do município e da FETARN, que apoiam os agricultores”, explica Zé Beju.

Muitas das famílias adotam práticas sustentáveis em seus cultivos, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e para a produção de alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Um destes exemplos é o do agricultor familiar Luciano Bezerra da Silva, morador do assentamento Lagoa de Baixo, que, com suas abelhas, fomenta o equilíbrio ecológico na produção de frutas. “Estamos focados na preservação ambiental. A gente incentiva o manejo e a criação das abelhas sem ferrão, pensando também na polinização das flores. Nós temos frutíferas como cajueiros, pinhas, entre outras plantas. Associamos uma coisa com a outra: preservamos as abelhas e elas retornam com a polinização das flores, então temos frutos de melhor qualidade e uma produtividade bem maior”, aponta Luciano.

A Cooperativa de Desenvolvimento Rural e Artesanal de Guimarães (Cooderg) vem realizando um extraordinário trabalho, dando visibilidade e vazão à produ-

ção. “Aqui, no Mercado da Agricultura Familiar, no município de Guimarães, nós vendemos os produtos dos cooperados. São produtos direto do agricultor. Nós temos mel, banana, melão, mamão, todos produzidos na região”, explica o presidente da Cooderg, Luiz Eduardo Oliveira da Rocha Filho.

Ainda assim, os desafios enfrentados pelas famílias assentadas são muitos, como a falta de infraestrutura, a dificuldade de acesso a crédito e assistência técnica, e a falta de políticas públicas que incentivem a produção agroecológica e sustentável. Para superar tais desafios é importante fortalecer o Sistema Confederativo (Sindicatos, Federações e CONTAG) em todos os sentidos, para que se possa avançar cada vez mais.





COMERCIALIZAÇÃO EM PROGRAMAS DE COMPRAS PÚBLICAS GERA RENDA PARA FAMÍLIA GAÚCHA

A produção de frutas e hortaliças é a principal atividade da família Oliveira, assentados desde dezembro de 2006 no assentamento Simon Bolívar, que fica no município de Joia (RS) e onde vivem mais 84 famílias.

Em 2006, começaram a trabalhar com a cadeia leiteira. Em 2008, a família incrementou a produção, com algumas verduras. “Foi nesse momento que percebemos que a venda de hortaliças dava certo e fomos aumentando a produção”, conta o agricultor Paulo Moraes de Oliveira.

Já são 15 anos de dedicação com a produção de hortaliças, que iniciou com poucas variedades de verduras, mas que ganhou proporção e novas variedades na medida em que a demanda aumentava. Hoje, na propriedade que é fruto de assentamento da reforma agrária, são produzidos alface, beterraba, cenoura, rúcula, repolho, temperinho verde, pimentão, couve-folha, couve-flor, couve-chinesa, vagens, tomate, pepino, morangas, morango, melão e melancia.

A comercialização da família se concentra em políticas públicas, como o PAA e o Pnae, além da venda direta ao consumidor e na feira municipal de produtores rurais. A família utilizou o Pronaf para a construção de estufas para produzir morangos. “Em 2020, construímos nossa primeira e, no ano seguinte, construímos mais uma estufa. Foi também quando paramos de trabalhar com o leite”, explica Paulo.

Hoje em dia, a única fonte de renda dos Oliveira vem da produção de hortifrúti. A família se diz orgulhosa e agradecida por fazer parte da reforma agrária.





COM TRABALHO E INVESTIMENTO, A AGRICULTURA FAMILIAR PROSPERA

Sidnei Evencio de Oliveira era ainda uma criança de quatro anos em 1996, quando seus pais chegaram ao acampamento Chico Mendes, no município de Presidente Médici (RO). Felizmente, a família precisou esperar apenas dois anos para que o local fosse reconhecido pelo Incra como Assentamento Chico Mendes,

onde atualmente moram 650 famílias que contam com escola, energia elétrica, estrada, poços artesianos nas agrovilas e uma Unidade Básica de Saúde.

Além de Sidnei, que hoje tem 31 anos, no lote da família moram também seus pais. Os três são responsáveis por toda a produção. Até 2010, a família produzia

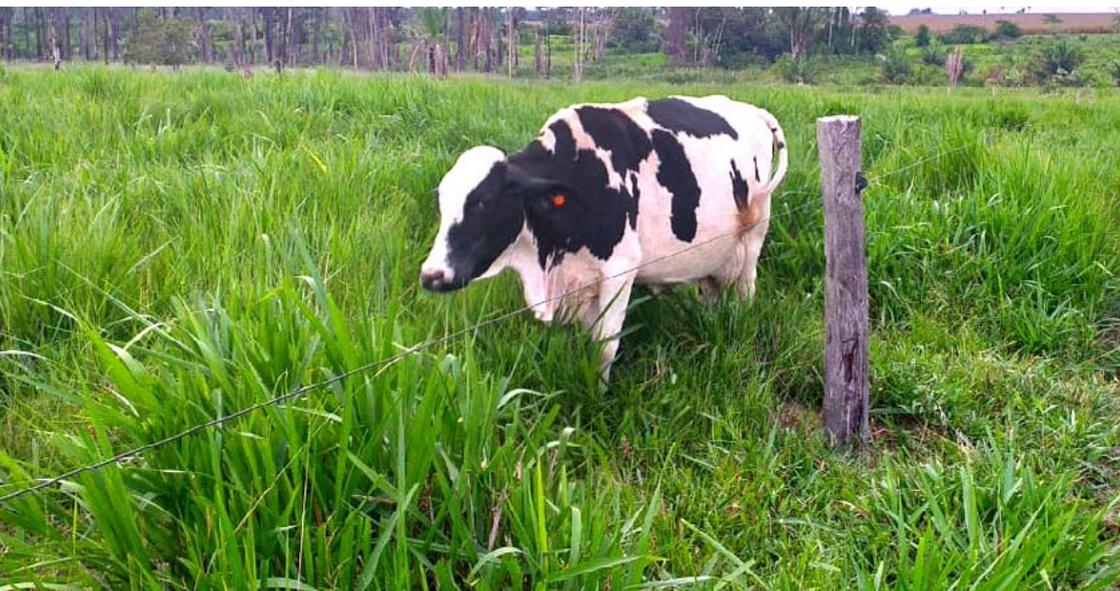
café, milho e feijão. Mas, naquele ano, passaram a criação de gado para produção de leite. Em 2015, contrataram crédito pelo Pronaf e compraram mais matrizes. Em 2021, fizeram novos investimentos, começando a trabalhar com piquete rotacionado, ordenha mecânica, um poço semiartesiano e um curral. Eles também produzem mandioca.

“Meus pais foram ao acampamento porque tinham o sonho de plantar, criar, cultivar em um espaço de terra que fosse deles mesmos, pois antes de ir para o acampamento trabalhavam como meeiros e 50% da produção ia para o dono da terra, sem gastos”, conta Sidnei.

A família atualmente comercializa por meio do PAA e do Pnae, recebe Assistência Técnica Gerencial (ATEG) pelo

Senar com foco na pecuária de leite, e acredita na força do cooperativismo, fazendo parte de uma cooperativa de crédito e outra de produção. Sidnei também é filiado ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município desde os 16 anos, onde já foi secretário de Meio Ambiente e, atualmente, atua como secretário de Jovens.

“Para mim, a reforma agrária sempre foi o maior mecanismo de valorização humana, pois dá ao trabalhador e à trabalhadora a dignidade e a valorização. A reforma agrária vale a pena, sim, porque sem ela não podemos ter uma agricultura familiar sustentável e fortalecida”, afirma o jovem assentado, que recentemente foi eleito secretário de Jovens de uma Central Sindical no estado.



AUMENTANDO A RENDA POR MEIO DA FARINHA DE BATATA

Atualmente, 355 famílias vivem no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, localizado na BR 174, no município de Boa Vista (RR). Criado pelo Incra em 2004, está localizado em uma área de cerrado e vegetação baixa e solo arenoso. As famílias do assentamento produzem hortaliças, mel, grãos, criam pequenos animais, começam a experimentar o plantio de girassol e contam com duas cooperativas, uma associação, assim como com o apoio do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do estado de Roraima.

A comercialização é feita por meio da venda direta pelos(as) agricultores(as) a mercados locais e também em feiras. Além disso, os(as) 160 assentados(as) que fazem parte da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Regime Familiar (ASSTRF-PNA) vendem suas produções para o PAA. E, por fim, por meio da Cooperativa da Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Nova Amazônia (Coopnova), criada em 2019, os(as) 60 cooperados(as) vendem suas produções para o PAA e para o Pnae.

Por meio de uma iniciativa inovadora desenvolvida com a comunida-



de pela Secretaria Municipal de Agricultura - o Projeto Municipal de Desenvolvimento da Agricultura (PMDA)-, a senhora Dalva Conceição da Silva, assentada desde 2015, iniciou uma experiência produtiva com a batata doce: a iniciativa é de fazer farinha com as batatas que não iam para o mercado devido ao seu tamanho. Com este reaproveitamento, a agricultora conseguiu dar um salto na sua qualidade de vida e da sua família.

A experiência estimulou o filho de Dalva e sua família, que vieram morar na propriedade e ajudar a desenvolver ainda mais o projeto. Atualmente, a ampliação do plantio levou oportunidade de melhoria para outras famílias que também resolveram apostar nessa experiência, que só tem dado certo.

A farinha da batata doce é entregue no Programa de Aquisição de Alimentos do estado, pois a experiência de produzir a farinha é importante para quem produz e para quem consome, pois é um produto muito saudável.

O PMDA veio para dar mais condições para os agricultores(as) produzirem. Tem os produtos principais que são vendidos *in natura* e já têm o seu mercado definido, mas uma boa parte da produção que não está adequada para exposição nas gôndolas dos mercados, era desperdiçada, foi aí que veio a ideia de transformar em farinha, agregando valor e gerando mais renda na propriedade.

O assentamento foi oficialmente criado em 2004, mas as famílias ficaram acampadas por nove meses e, desde o início, contaram com o apoio do Sindicato, da Federação e uma entidade estadual que articula os(as) assentados(as) do estado (central dos assentados).





“OS ASSENTAMENTOS TRAZEM SUSTENTO PARA A FAMÍLIA E DIGNIDADE”

A história do assentamento Butiá Verde, no município de Fraiburgo (SC), começa nos anos 2000, onde mais de 100 famílias ficaram acampadas, aguardando a posse da terra. Como a área só continha 82 terrenos, em 2001 algumas daquelas famílias foram para outros assentamentos. Em 2002, foi concedida a posse das terras. Atualmente, o assentamento possui 84 famílias trabalhando de forma ativa, gerando emprego e renda para a região.

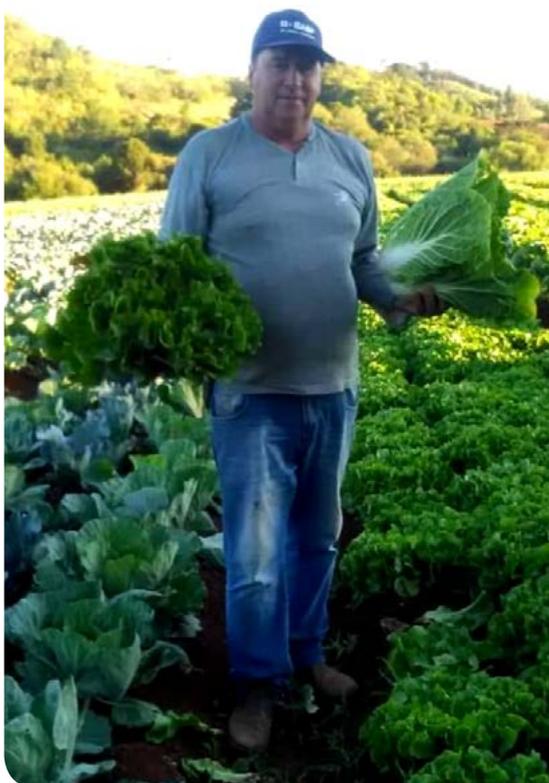
No início, com os desafios do assentamento, eram produzidos somente alimentos para a subsistência e, para complementar renda e sustentar a família, trabalhavam como empregados nos pomares de maçã da região. Com o objetivo de ter posse da terra para trabalhar para si mesmo e sustentar a família, as primeiras produções eram de feijão, milho e hortaliças. Uma parte da produção era realizada em coletivo pelos assenta-

dos(as), e outra parcela de produção era realizada de forma individual.

Para melhorar a propriedade e possibilitar maior eficiência na produção do assentamento, o governo liberou linhas de crédito a “fundo perdido” para iniciar os projetos de produção através de financiamento do Banco do Brasil. Os primeiros investimentos para compra de trator e implementos se comprava em coletivo, geralmente em parceria de três agricultores(as) ou mais.

Até 2007, continuavam a produzir os mesmos produtos - feijão, milho, hortaliças-, porém, também foi incluída a produção leite, com o intuito de obter maior receita para a família. No entanto, como os terrenos eram pequenos para a criação de animais, não foi possível continuar com a atividade. Em 2008, foram criados os primeiros pomares de maçã. Nos dias atuais, a produção dominante no assentamento são os pomares de maçã, alho, milho e feijão.

De acordo com o agricultor e assentado Benjamin Gustmann Neto, “os assentamentos e o Programa Nacional de Reforma Agrária são essenciais, pois é com a posse da terra que os agricultores e agricultoras trarão o sustento a sua família, trabalhando com dignidade podendo crescer e se desenvolver, sem precisar buscar o sustento fora e permanecendo no campo”.





JOVEM E MULHER, PROMOVENDO PRODUÇÃO E SUCESSÃO RURAL

Em 2011, no Povoado Pururuca, município de Lagarto (SE), foi criado o projeto de assentamento Cavaleira, destinado a 14 membros, sendo eles 10 homens e 4 mulheres. A agricultora familiar Verônica Souza Santos de Oliveira, uma das mulheres que conquistou seu lote naquele tempo, informou que seu desejo pelo acesso à terra veio através da sindicalização ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, em dezembro de 2008, sendo o pai dela o responsável a levá-la à sede do Sindicato, onde através de informações a fez conhecer os projetos voltados ao campo.

A luta pelo acesso à terra sempre foi uma questão delicada, principalmente quando se trata de uma mulher jovem: “Nas reuniões em que participávamos, não acreditavam que as mulheres que estavam ali teriam condições de permanecer no projeto, pois seriam ‘laranjas’ para

nossos pais”, fala Verônica. Após conseguir sua carta de elegibilidade, iniciou a luta pelo direito a ter seu pedaço de terra e, ainda em 2011, a agricultora recebeu a posse do lote 12, sendo 9,9079 hectares de área produtiva.

Contudo, essa luta não foi travada sozinha. Verônica está casada desde 2010 com seu esposo José Domingos de Jesus Oliveira, que esteve e está ao seu lado a todo tempo. Verônica e José Domingos têm um casal de filhos e, a partir do protagonismo da jovem mulher, os dois começaram a investir nas suas próprias lavouras de hortaliças, laranja, milho, feijão, coco, jaca, jeni-papo, mandioca e na produção de banana, todas de forma orgânica, além de terem no Assentamento a criação de bovinos para corte e leite, caprinos, suínos e galinhas. No entanto, tiveram várias dificuldades, uma delas ao acesso à energia elétrica, que hoje já possuem, mas, as dificuldades ainda persistem no assentamento, como a falta de água potável, acesso à internet e transporte público.



Através de todo processo de lutas e conquistas, Verônica ainda ressalta que: “incentivo sempre aos meus filhos a permanecerem no campo, levo eles para o campo, mostro a eles como é, porque eu sei que se a gente mostrar para nossos filhos que tem como, eles vão, sim, permanecer e seguir como eu e o pai deles”. Desse modo, desde então, Verônica tornou-se representante da luta da juventude rural no município, sendo eleita em 2012 como secretária de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Lagarto (SINTRAF), depois eleita secretária de Mulheres e, atualmente, ela está como secretária geral e segue na defesa dos direitos de todas e todos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município e além. Seu esposo, conhecido como Teté da Pururuca, conseguiu um espaço dentro do mercado municipal nos dias de feira, onde comercializa os produtos das próprias lavouras, em especial a banana da terra e banana nanica.



SEM MÁQUINAS E SEM ASSISTÊNCIA, ASSENTADOS CONTAM COM SABEDORIA DE GERAÇÕES



Reconhecido pelo Incra apenas em 2007, o Projeto de Assentamento Bacuri II está localizado no município de Sítio Novo (TO) e conta, atualmente, com 32 famílias. Uma delas é a do senhor José Francisco, que mora no assentamento desde 1990, onde produz macaxeira, que ele utiliza para seu consumo próprio, e as folhas para ração do gado que cria na sua propriedade. O agricultor produz também frutas diversas, capim e coco babaçu para extração de azeite e para fazer carvão, fazendo assim que ele consiga aproveitar todo o seu terreno. José Francisco conta que aprendeu

as práticas de produção na roça com seu pai e que isso foi passando de geração em geração. É da roça que ele tira todo o seu sustento e foi na roça que ele criou todos os seus filhos, “nasci e me criei na roça”, diz ele, orgulhoso.

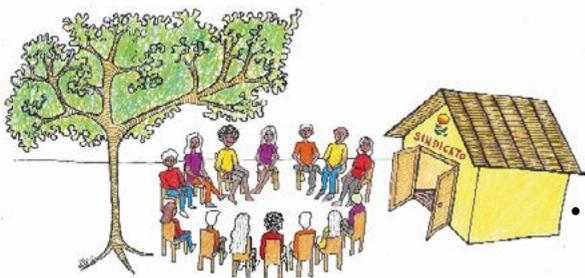
Quem também aprendeu tudo o que sabe sobre produção com as antigas gerações é o senhor José Valmir, que reside no PA Bacuri II há 16 anos, onde tem uma produção de milho e também de macaxeira, além da venda de leite. Valmir diz que se sente muito feliz por morar no PA e que jamais conseguiria possuir uma terra dessas se não fosse pelo projeto de assentamento. Aprendeu a trabalhar na roça junto de seu pai e diz que nunca teve um auxílio técnico para produzir.

Um terceiro produtor do PA Bacuri II é o senhor Carlos Antônio, que reside no PA desde 2007 junto com sua família e, desde então, pratica a agricultura familiar, tirando seu sustento e de seus filhos da terra. Assim como José Francisco e José Valmir, Carlos Antonio também aprendeu as práticas com seu pai desde criança e não as deixou no esquecimento. Ele produz o milho e o arroz em consórcio, ou seja, juntos, para maior aproveitamento de espaço e também de trabalho. Seu Carlos informa que seu trabalho é todo manual e que não utiliza nenhuma máquina agrícola para auxiliar no processo da plantação. O agricultor relata que sua terra é muito boa e não faz utilização de nenhum adubo, mas



caso fosse um pouco mais compacta seria necessário a utilização de calcário depois de fazer a descompactação do solo. Seu Carlos também faz a utilização do coco babaçu. “A palmeira é como se fosse uma mãe, ajuda em toda nossa sobrevivência. Até quando ela cai tem funcionalidade, fazendo o melhor adubo que já se viu, por isso a gente preserva”.

COMO ESTÁ ORGANIZADO O SISTEMA CONFEDERATIVO CONTAG PARA A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA?



A reforma agrária é uma pauta que envolve todo o Sistema Confederativo (Sindicatos, Federações e CONTAG) e cada um tem responsabilidades que se complementam nessa luta.

- **SINDICATOS** – É a organização que está mais perto dos assentados e das assentadas e daqueles que ainda estão na luta pela reforma agrária. É o sindicato quem primeiro recebe as demandas dos(as) trabalhadores(as) e quem tem sua representação legal. Muitas demandas são de responsabilidade dos poderes públicos municipais e os sindicatos organizam e/ou apoiam os(as) agricultores(as) familiares para cobrar seus direitos (saúde, educação, infraestrutura, entre outras).
- **FEDERAÇÕES** – As Federações são constituídas pelos sindicatos de seus respectivos estados. As Federações articulam os sindicatos e negociam as

demandas específicas dos trabalhadores e trabalhadoras de cada estado que são de responsabilidade dos poderes estaduais e/ou de órgãos dos governos federais nos respectivos estados.

- **CONFEDERAÇÃO** – A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) é formada por 27 Federações filiadas e articula as pautas comuns dos(as) trabalhadores(as) em todo o País.

COLETIVO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÁRIA

O Coletivo Nacional de Política Agrária é formado pelos(as) secretários(as) de Política Agrária de todas as Federações filiadas e da CONTAG e se reúnem, pelo menos, duas vezes ao ano.

Durante as reuniões são debatidos temas como: políticas de obtenção de terras para criação de projetos de assentamentos, políticas de desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, violência no campo, regularização fundiária, entre outros assuntos pertinentes à política agrária brasileira.

Somos uma grande rede e cada um tem papel fundamental na luta pela reforma agrária. Não existe mais ou menos importante, o que importa é a unidade e o trabalho em conjunto.

FICHA TÉCNICA

Publicação da Secretaria de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação Geral – Alair Luiz dos Santos

Coordenação Técnica – Alonso Batista dos Santos e
Ivo Lourenço da Silva Oliveira

Produção de Conteúdo – Alonso Batista dos Santos, Ivo Lourenço da Silva Oliveira, Lívia Barreto, Assessoria de Comunicação e de Política Agrária das Federações.

Ilustrações – Lívia Barreto e Freepik

Fotos – Arquivo CONTAG e das Federações

Projeto Editorial e Revisão – Verônica Tozzi Martins

Projeto Gráfico e Diagramação – Lunna Fabris

IMPRESSÃO – Viva Gráfica e Editora

TIRAGEM - 9.200 exemplares

Acordo de Cooperação Técnica e Financeira

TCTF SENAR/CONTAG Nº 003 / 2021



Financiado por:

